

Proposta Preliminar de Ações para inclusão na Agenda Regulatória 2027-2028

Tabela. Ações Propostas para a Agenda Regulatória 2027-2028, organizadas por Tema e UORG (total: 64 ações)

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
1	Transição Energética	Certificação de garantia de origem de diesel verde, CDV	Regulamentar os critérios para certificação de garantia de origem de diesel verde e da emissão dos Certificados de Garantia de origem de diesel verde (CDV).	STM	
2	Transição Energética	Certificação de GEE do SAF, Lei nº 14.993/2024, e regulamentação do ProBioQAv	Regulamentação dos aspectos relacionados à certificação de sustentabilidade do SAF	STM	
3	Transição Energética	Definição das regras de individualização das metas de CDV, certificado de garantia de origem de diesel verde	Estabelecer os critérios para o cálculo da meta individual anual a ser cumprida pelos agentes obrigados em atendimento ao disposto na Lei nº 14.948, de 2 de agosto de 2024.	STM	
4	Transição Energética	Meio Ambiente, sustentabilidade e redução de emissões	Elaboração de Resolução ANP visando à redução de emissões de metano.	STM	
5	Transição Energética	Regulamentação da Lei nº 15.082/2024 pela alteração da Resolução ANP nº 758/2018: participação dos produtores de cana-de-açúcar na receita dos CBIOs	Participação dos produtores de cana-de-açúcar na receita dos CBIOs Regulamentar os dispositivos da Lei 15.082/2024 que tratam da participação do produtor de cana-de-açúcar independente nas receitas oriundas da negociação dos Créditos de Descarbonização emitidos e comercializados a partir da biomassa.	STM	758/2018; 82/2024

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
6	Transição Energética	Regulamentação das atividades de captura, transporte e estocagem geológica de dióxido de carbono	Estabelecer os critérios e procedimentos para autorização, operação, monitoramento, transferência de titularidade, exigência de garantias financeiras, compartilhamento de infraestrutura e encerramento das atividades de captura, transporte e estocagem geológica de dióxido de carbono, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024, e no Decreto nº 13.095, de 12 de agosto de 2026.	STM	
7	Transição Energética	Regulamentação do Sistema Brasileiro de Certificação de Hidrogênio de Baixo Carbono	Regulamentar o Sistema Brasileiro de Certificação de Hidrogênio de Baixo Carbono em atendimento ao disposto na Lei nº 14.948, de 2 de agosto de 2024.	STM	
8	Exploração e Produção	Certificação de conteúdo local, consolidação normativa	Revisão e consolidação normativa da Resolução ANP nº 19/2013, que estabelece os critérios e procedimentos para execução das atividades de Certificação de Conteúdo Local, englobando suas Resoluções alteradoras nº 12/2016, nº 26/2016, nº 809/2020, nº 879/2022 e nº 924/2023, e os informes técnicos e esclarecimentos publicados na página da ANP na internet. Manter a ação em estoque, porém sem incluir na próxima agenda, por se tratar de consolidação, sem afetar direitos ou obrigações dos agentes regulados, e considerando as novas atribuições legais conferidas à ANP para o conteúdo local, sob as Leis 15.075/2024 e 14.948/2024, que requer a concentração de recursos, limitados, em outras frentes.	SCL	19/2013; 12/2016; 26/2016; 809/2020; 879/2022; 924/2023; 75/2024; 948/2024
9	Exploração e Produção	Regulamentação da transferência de excedentes de conteúdo local	Regulamentação dos critérios, requisitos e procedimentos das transferências de excedentes de conteúdo local, observando o disposto nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural, a Lei nº 15.075/2024 e a Resolução ANP nº 726/2018.	SCL	
10	Exploração e Produção	Acompanhamento da Produção e da Execução de Atividades nas Fases de Desenvolvimento Produção	Revisão e consolidação das Portarias nº 100/2000 e 123/2000 que estabelecem, e respectivamente, o Regulamento Técnico do Programa Anual de Produção (PAP) e o Regulamento Técnico do Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PAT).	SDP	100/2000; 123/2000

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
11	Exploração e Produção	Plano de Desenvolvimento	Revisão da Resolução nº 17/2015 que regulamenta o conteúdo e os procedimentos de apresentação dos Planos de Desenvolvimento.	SDP	17/2015
12	Exploração e Produção	Procedimentos para sub-rogação e execução da garantia financeira de descomissionamento	Avaliação da utilização do recurso advindo da garantia de descomissionamento na atividade de desmantelamento do campo, para tal deverá analisar a execução da garantia financeira do descomissionamento em caso de inadimplência pelo contratado da obrigação frente à União e como o uso do recurso nela aportado pode ser usado para execução da atividade de descomissionamento. Prevê-se que a ação somente será iniciada após o término da Ação 1.18, o que fará com que ela não se encerre no atual ano de 2026.	SDP	
13	Exploração e Produção	Regulamentação da atividade de estocagem subterrânea de gás natural	Regulamentação plena da Lei nº 14.134 (Nova Lei do Gás) e do Decreto nº 10.712 (Decreto Regulamentador da Nova Lei do Gás). A regulamentação é relevante por abarcar uma categoria de infraestrutura capaz de trazer benefícios para o setor do gás, tais como ser importante instrumento de flexibilidade entre a oferta e o consumo e de balanceamento de redes. Além disso, é demandada pela sociedade, em especial por interessados em desenvolver a atividade no Brasil.	SDP	
14	Exploração e Produção	Regulamentação da Interrupção Temporária Produção	Instituir critérios técnicos objetivos para caracterizar interrupções temporárias da produção dos campos e estabelecer os procedimentos para seu início ou retomada.	SDP	

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
15	Exploração e Produção	Critérios de análise e aprovação de projetos de tie-back de diferentes campos/operadores	Avaliar e propor aprimoramentos na regulamentação de projetos de tie-back entre diferentes campos e operadores, abrangendo critérios de análise e aprovação, compartilhamento de instalações de produção, responsabilidades entre titulares, adaptações nos planos de desenvolvimento e regras de medição e apropriação da produção de petróleo e gás. E identificar barreiras regulatórias e questões que possam gerar insegurança jurídica e operacional em projetos entre áreas sob contratos distintos.	SDP, CFP, SEP, SPG, STM e SCL	
16	Exploração e Produção	Coleta e Guarda de Dados e Amostras	Revisão da Resolução ANP nº 71/2014, que regulamenta o pagamento dos valores referentes aos custos de manuseio e manipulação e os procedimentos para a coleta de amostras de rocha e de fluidos de poços perfurados pelos operadores nas bacias sedimentares brasileiras. A revisão da Resolução ANP nº 71/2014 está condicionada à conclusão do Acordo Administrativo Extrajudicial que visa superar controvérsia judicial acerca da compensação entre os valores devidos das partes (Petrobras e ANP) pela guarda e transferência dos dados técnicos à ANP e os valores das multas dos Programas Exploratórios Mínimos - PEM não cumpridos de dez blocos da Rodada Zero.	SDT	71/2014
17	Exploração e Produção	Revisão da Resolução ANP nº 880/2022	Adequação dos procedimentos, formatos, prazos e conteúdos para entrega dos dados geoespaciais, geofísicos e de poços visando a atualização da norma frente as novas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 14.948/2024 e Decreto nº 13.096/2026 - que instituiu o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono - e Lei nº 14.993/2024 e Decreto nº 13.095/2026 - que estabeleceu o marco legal para as atividades de captura e estocagem geológica de dióxido de carbono – CCUS.	SDT	880/2022; 948/2024; 96/2026; 993/2024; 95/2026

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
18	Exploração e Produção	Revisão da Resolução ANP nº 916/2023	Adequação dos procedimentos, formatos, prazos e conteúdos para entrega dos dados geoquímicos visando a atualização da norma frente as novas atribuições conferidas pela Lei nº 14.948/2024 e Decreto nº 13.096/2026 - que instituiu o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono - e Lei nº 14.993/2024 e Decreto nº 13.095/2026 - que estabeleceu o marco legal para as atividades de captura e estocagem geológica de dióxido de carbono – CCUS.	SDT	916/2023; 948/2024; 96/2026; 993/2024; 95/2026
19	Exploração e Produção	Dinamização da Fase de Exploração	Avaliar as medidas necessárias para a dinamização da fase de exploração e do programa exploratório mínimo, considerando a otimização do uso do tempo da fase, os avanços tecnológicos do segmento de exploração de petróleo e gás natural, os aspectos associados à descarbonização da indústria e os desafios para a melhoria do desempenho da fase de exploração.	SEP	
20	Exploração e Produção	Revisão da RANP nº 699/2017	Revisão da Resolução ANP nº 699/2017, que estabelece os procedimentos para codificação de poços, definição do Resultado de Poço, do Status de Poço, e envio de diversos relatórios para acompanhamento das atividades em poços por parte da ANP	SEP	699/2017
21	Exploração e Produção	Revisão da RANP nº 983/2025	Revisão da Resolução ANP nº 983/2025, que estabelece os requisitos e os procedimentos para o cumprimento do Programa Exploratório Mínimo fora dos limites da área original	SEP	983/2025
22	Exploração e Produção	Redução de Alíquota de Royalties em Campos de Petróleo e Gás Natural	Regulamentação de redução de royalties em campos de Petróleo e Gás Natural de economicidade marginal enquadrados na Resolução ANP nº 877/2022, considerando as reduções de alíquota em vigor Resolução ANP nº 749/2018 e Resolução ANP nº 853/2021 (combinada com a Resolução ANP nº 32/2014). Ação com previsão de encerramento em julho de 2027, conforme Decisão de Diretoria - Circuito Deliberativo nº 430/2026 (6111783)	SPG	877/2022; 749/2018; 853/2021; 32/2014; 430/2026

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
23	Exploração e Produção	Revisão da Resolução ANP nº 870/2022	Revisão da Resolução ANP nº 870/2022, que estabelece os procedimentos para a apuração da Participação Especial. Com a conclusão da Ação Regulatória 1.12 - Redução de Alíquota de Royalties em Campos de Petróleo e Gás Natural, prevista para ocorrer em julho de 2027, a revisão da Resolução ANP nº 870/2022 torna-se apta a migrar para a Agenda Regulatória do próximo período.	SPG	870/2022
24	Exploração e Produção	Fiscalização de segurança operacional	Revisão da Resolução ANP nº 851/2021, que regulamenta o procedimento de fiscalização de segurança operacional das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural baseado na avaliação da eficácia do sistema de gestão implementado, na identificação e na verificação de saneamento de não conformidades e estabelece os casos passíveis de concessão de prazo para adequação aos regulamentos técnicos de gerenciamento da segurança operacional da ANP, de forma a ampliar sua abrangência para outros segmentos regulados aplicáveis.	SSO	851/2021
25	Exploração e Produção	Segurança operacional da cadeia do hidrogênio	Elaboração do regime de segurança operacional aplicado às atividades relacionadas à cadeia do hidrogênio reguladas pela ANP em decorrência da Lei 14.948/2024 e do Decreto nº 13.096/2026.	SSO	
26	Exploração e Produção	Segurança Operacional na Produção de Combustíveis	Revisão da Resolução ANP nº 5/2014, que institui o Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional para refinarias de petróleo de forma a ampliar sua abrangência para os polos de processamento de gás natural e as centrais petroquímicas. Observação: A Decisão da Diretoria Colegiada (Reunião de Diretoria nº 1.189 de 21/08/2026) transferiu as atribuições de segurança operacional da SPC para a SSO.	SSO	5/2014; 8/2026

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
27	Exploração e Produção	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação: revisão da Resolução ANP nº 918/2023	Revisão da Resolução ANP nº 918/2023, que regulamenta o cumprimento da obrigação de investimentos decorrente da cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação (cláusula de PD&I) dos contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural.	STM	918/2023
28	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Ampliação da Capacidade de Gasodutos de Transporte	Revisão da Resolução ANP nº 37/2013, que estabelece os critérios para a caracterização da ampliação da capacidade de transporte de gasodutos de transporte. Ação com estudos preliminares em andamento e cronograma original com término em 2027.	SIM	37/2013
29	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Autonomia e Independência no Transporte de Gás Natural	Elaboração de ato normativo que regulamenta os critérios de autonomia e de independência dos transportadores no mercado de gás natural. Forte relação com a Ação relativa a Códigos de Rede. Este regulamento inédito visa a promoção da livre concorrência, da transparência das informações, do acesso não discriminatório aos gasodutos e do uso eficiente das infraestruturas.	SIM	
30	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Autorização de exercício de atividade relativa ao hidrogênio de baixa emissão de carbono	Estabelecimento de critérios para autorização para o exercício de atividades relacionadas com hidrogênio de baixa emissão de carbono.	SIM	
31	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Autorização de Instalação de abastecimento com GNV e GNLV	Estabelecimento de critérios para autorização de operação de instalações dedicadas ao abastecimento veicular com GNV ou GNLV, restrito a frota própria ou clientes específicos.	SIM	
32	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Códigos de Rede	Elaboração de ato normativo que estabelece as diretrizes para a elaboração conjunta de códigos de rede do sistema de transporte de gás natural e para os mecanismos de repasse de receita entre os transportadores de gás natural interconectados. Ação regulatória com estudos preliminares iniciados e cronograma original com previsão de término em 2027.	SIM	

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
33	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Comercialização e Carregamento de Gás Natural	Revisar as resoluções existentes, buscando uma unificação da RANP nº 52/2011 e da RANP nº 51/2013, com a finalidade de adequar as normas às novas disposições contidas na nova Lei do Gás. Forte vinculação com a Ação relativa a Códigos de Rede e necessidade de atualização de regulamentos existentes para refletir o mercado organizado de gás natural.	SIM	52/2011; 51/2013
34	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Importação e Exportação de Gás Natural	Definição de regulamentação ANP para autorização do exercício das atividades de importação e exportação de Gás Natural. Ação regulatória com estudos preliminares iniciados que dependem de diretriz do CNPE. Cronograma original com previsão de término em 2028.	SIM	
35	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Interconexão e interoperabilidade	Elaboração de Resolução que regulamenta a interconexão e interoperabilidade de gasodutos de transporte. Tema relativo à regulação do mercado de gás natural que deve permanecer na Agenda Regulatória pela sua vinculação com a Ação relativa a Códigos de Rede para ser iniciada tão logo outras ações sob a tutela da SIM sejam concluídas.	SIM	
36	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Processo Seletivo Público para construção de gasodutos de transporte	Regulamentar o processo seletivo público previsto no art. 11, parágrafo único da Lei nº 14.134/2021 e art. 6ºF do Decreto nº 10.712/2021.	SIM	134/2021; 712/2021

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
37	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Serviço de Transporte de Gás Natural	Revisão da Resolução ANP nº 11/2016 que regulamenta a oferta de serviços de transporte pelos transportadores; a cessão de capacidade contratada sob a modalidade firme; a troca operacional de gás natural; a aprovação e o registro dos contratos de serviço de transporte de gás natural; e a promoção dos processos de chamada pública para contratação de capacidade de transporte de gás natural. Tema relativo à regulação do mercado de gás natural que deve permanecer na Agenda Regulatória pela sua vinculação com a Ação relativa a Códigos de Rede para ser iniciada tão logo outras ações sob a tutela da SIM sejam concluídas.	SIM	11/2016
38	Movimentação de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Tarifas de Transporte de Gás Natural, Investimentos e Tarifas Setoriais	Regulamentação de critérios para definição de tarifas setoriais diferenciadas e tipologia de investimentos. Ação em andamento com adequação de conteúdo técnico para alinhamento a decisões da Diretoria Colegiada com relação a aspectos tarifários. Documentação técnica e minuta em revisão final para submissão a aprovação de procedimento de participação social.	SIM	
39	Produção de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Edição de ato normativo para a regulamentação do Decreto nº 13.096, de 12/08/2026	Elaboração de ato normativo para disciplinar a autorização do exercício da atividade de produção de hidrogênio, seus derivados e carreadores, nos termos da regulação aplicável, conforme estabelece o artigo 8º, parágrafo 1º do Decreto nº 13.096 de 12/08/2026.	SPC	
40	Produção de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Produção de solventes	Revisão da Resolução ANP nº 872/2022, que disciplina a atividade de produção de solventes. Apesar de ser uma norma recente, esta revogou a Portaria ANP nº 318/2001 em atendimento ao Decreto nº 10.139/2019, não passando por mudança de mérito, mas apenas ajustes de redação e formatação, sendo uma conversão de portaria em resolução. Dessa forma, faz-se necessária sua revisão, tendo em vista a desatualização frente aos demais atos normativos da ANP.	SPC	872/2022; 318/2001; 139/2019

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
41	Produção de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Revisão da Resolução ANP nº 852/2021, produção de derivados de petróleo e gás natural	Revisão da Resolução ANP nº 852/2021, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural. Já há revisões pontuais da Resolução em questão que abordam os temas armazenagem e agentes formuladores, sendo tratadas neste período. Com a revisão esperada é salutar que a Resolução ANP nº 852 possa ser revista integralmente.	SPC	852/2021
42	Produção de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Revisão ou alteração da Resolução ANP nº 987/2025 para atender ao disposto na Portaria Interministerial MME/MMA nº 3/2026	Revisão/alteração da Resolução ANP nº 987/2025 com o objetivo de regulamentar a Portaria Interministerial MME/MMA nº 3, de 11 de maio de 2026, que dispõe sobre a proporção mínima de óleos e gorduras residuais (OGR) a ser observada nas matérias-primas utilizadas na produção de biodiesel, combustível sustentável de aviação (SAF) e diesel verde, nos termos da Resolução CNPE nº 13, de 10 de dezembro de 2024.	SPC	987/2025; 3/2026
43	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Avaliação da redução do teor de enxofre na gasolina automotiva	Avaliar no contexto da fase L8 do Proconve para os veículos leves a gasolina, previsto para janeiro de 2025, a redução do limite máximo do teor de enxofre que atualmente é de 50 mg/kg. A ação permanece relevante, com previsão de ampliação de seu escopo para contemplar a revisão de outros parâmetros além do enxofre, considerando os sucessivos aumentos do teor de etanol anidro e seus potenciais impactos sobre as características e o desempenho do combustível. A Lei do Combustível do Futuro prevê a possibilidade de o teor de etanol anidro na gasolina alcançar os 35%.	SBQ	
44	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Especificação de Asfaltos	Revisão das especificações do Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP), das Emulsões Asfálticas e outros tipos de asfaltos.	SBQ	897/2022

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
45	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Especificação do Etanol Combustível	Revisão da Resolução ANP nº 907/2022, que trata das especificações do etanol combustível. A Resolução CNPE nº 6/2026 determinou que a ANP encontre uma solução para mitigar a contaminação de bebidas com etanol combustível.	SBQ	907/2022; 6/2026
46	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão da RANP nº 859, de 2021, que estabelece as regras de credenciamento de empresas de inspeção da qualidade	Após a publicação da Resolução ANP nº 859, em dezembro de 2021, foi identificada a necessidade de ajustes, especialmente quanto aos prazos estabelecidos. Considerando o período transcorrido desde sua publicação, a entrada em vigor, em janeiro de 2026, da exigência de acreditação e a ausência de previsão de novas postergações, entende-se oportuno revisar o ato, à luz da experiência acumulada em sua implementação e das condições atualmente vigentes.	SBQ	859/2021
47	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão da Resolução ANP nº 804/2019	Revisão da Resolução ANP nº 804/2019 que dispõe sobre os critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes e as responsabilidades e obrigações dos detentores de registro, produtores e importadores.	SBQ	804/2019
48	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão da Resolução ANP nº 894, de 2022, que estabelece os coeficientes de correção da massa específica e do volume dos derivados de petróleo	A ação regulatória visa à revisão da RANP 894, que substituiu a RCNP 6, de 1970, sem alteração de mérito. A revisão ocorrerá em duas fases. A primeira será conduzida por Grupo de Trabalho interno, com participação de SBQ (coordenadora), SDL, SFI, SDC e SPC, para elaboração de Análise de Impacto Regulatório (AIR). A fase seguinte será conduzida apenas pela SBQ, que responderá pelas demais etapas do rito regulatório.	SBQ	894/2022; 8/2026
49	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão da Resolução ANP nº 910, de 2022, e das Resoluções ANP nºs 909/2022, 950/2023, 959/2023 e 987/2025	Revisão das Resoluções ANP nºs 909/2022, 910/2022, 950/2023, 959/2023 e 987/2025, para adequação ao art. 1º-C da Lei nº 13.033/2014, alterado pela Lei do Combustível do Futuro, substituindo a anuência prévia pela comunicação à ANP no uso voluntário de biodiesel ou óleo diesel BX, em teores de biodiesel superior ao obrigatório.	SBQ	910/2022; 909/2022; 950/2023; 959/2023; 987/2025; 33/2014

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
50	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão da Resolução ANP nº 920/2023	Revisão da Resolução ANP nº 920, de 2023, com dispositivo que trata da progressão de metas de percentuais de adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel B, em especial às metas previstas para a partir 1º de março, uma vez que podem requerer, para avaliação de viabilidade técnica, testes prévios de motores a serem realizados por terceiros. A Lei do Combustível do Futuro prevê a possibilidade de incrementos no teor de biodiesel no óleo diesel, podendo alcançar os 25%. Para que isso ocorra, estão em curso testes de avaliação da viabilidade técnica, sob a coordenação do MME. Uma vez concluídos esses testes, é possível que seja necessário revisar a especificação do biodiesel.	SBQ	920/2023
51	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Elaboração de AIR bases X terminais	Elaboração de relatório de AIR para verificar a pertinência de se determinar quais instalações de movimentação e armazenamento deverão ser autorizadas pela ANP em Portos Públicos, conforme determinação do DG Interino constante no Despacho nº 45/2020 Observação: Nos termos da Decisão de Diretoria nº 559/2026 a matéria deixa de ser competência da SIM para passar à SDL.	SDL	
52	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Empresa Comercializadora de Etanol	Proposta de redesenho do agente Empresa Comercializadora de Etanol, surgida da audiência pública nº 17/2020. Alterar requisitos de cadastramento para trazer maior competitividade no mercado.	SDL	17/2020
53	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Introdução de novos combustíveis na cadeia de distribuição	Coordenação e concatenamento das atualizações do arcabouço normativo com relação a especificações, autorizações de produção e modelos de comercialização - harmonização de responsabilidades entre UORGs. Definir responsabilidade de cada UORG para evitar lacunas regulatórias, como por exemplo a especificação de um novo combustível sem a previsão das regras de comercialização.	SDL	

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
54	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Prestação de Serviços de Armazenagem	Reavaliar as hipóteses de prestação de serviço de armazenagem por diferentes agentes e instalações (terminal, armazenamento em produtores de combustíveis e biocombustíveis, bases de distribuidores e TRR).	SDL	
55	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão das regras de comercialização de biodiesel entre distribuidores congêneres	Avaliar e propor solução regulatória definitiva para mitigar as irregularidades identificadas na comercialização e na movimentação de biodiesel entre distribuidores de combustíveis líquidos, considerando os dados de aquisições e movimentações declaradas no Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP), os indicadores de conformidade do óleo diesel B e os eventuais efeitos sobre a disponibilidade do biocombustível. A partir dos resultados do monitoramento e dos estudos técnicos, avaliar alternativas regulatórias para o tratamento definitivo da matéria Avaliar os efeitos da restrição à comercialização de biodiesel entre distribuidores e apresentar solução regulatória definitiva; considerar rastreabilidade das operações, mistura obrigatória, abastecimento e efeitos concorrenciais, inclusive eventual revisão do art. 18 da RANP 950/2023.	SDL	950/2023
56	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão de regras de comercialização de combustíveis de distribuidores de líquidos e TRRs	Alterar as regras de comercialização de diesel reavaliando a reserva de mercado para TRRs Necessidade de avaliar restrições regulatórias à comercialização impostas pelas normas vigentes.	SDL	950/2023
57	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão do tratamento regulatório da verticalização	Revisar o tratamento regulatório dispensado às modalidades de integração vertical entre as distintas atividades. Avaliar os diferentes modelos de atuação dos agentes regulados no mercado de combustíveis. Atualmente, o nível de verticalização permitida é distinto para diferentes combustíveis.	SDL	

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
58	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão da Resolução ANP nº 44, de 19/11/2013	Estabelece a obrigatoriedade do uso do lacre numerado nos caminhões-tanque de transporte de combustíveis; e a coleta, guarda e utilização de amostra-testemunha de combustíveis automotivos adquiridos por revendedor varejista e TRR.	SFI	11/2013
59	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão da Resolução ANP nº 663, de 18/01/2017	Estabelece procedimentos para reversão de medidas cautelares.	SFI	1/2017
60	Abastecimento, Fiscalização do Abastecimento e Qualidade de Produtos	Revisão da Resolução ANP nº 915, de 10/02/2023.	Atualização da norma, em especial quanto aos critérios de antecedência, reincidência e aplicações de penas de suspensão e revogação.	SFI	915/2023
61	Transversal	Regulamentação do Processo Eletrônico no âmbito da ANP	Estabelecer as normas e procedimentos referentes ao funcionamento do processo eletrônico no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis.	SGA	
62	Transversal	Mediação de conflitos entre agentes regulados em geral	Criar procedimentos, definir atribuições e capacitar o corpo técnico em mediação de conflitos.	SGE	

Nº	Eixo temático	Título da ação	Descrição da ação	UORG	Resolução a revisar
63	Transversal	Reavaliar os níveis de risco e os critérios de classificação dos atos públicos de liberação	Revisar a Resolução ANP nº 839/2021, que estabelece os níveis de risco associados ao exercício de atividades econômicas no âmbito da ANP, visando adequá-la à evolução do arcabouço normativo e dos procedimentos regulatórios da Agência. A revisão contemplará a atualização das referências normativas, a exclusão de atos públicos de liberação extintos ou dispensados, a identificação de procedimentos simplificados e a reavaliação dos níveis de risco atribuídos às atividades econômicas, considerando suas características, os riscos efetivamente envolvidos e a necessidade de controle prévio pela ANP. Busca-se assegurar maior proporcionalidade, coerência e segurança jurídica à classificação de risco, além de reduzir exigências administrativas desnecessárias, sem prejuízo da segurança operacional, da proteção ambiental e do abastecimento nacional.	SGE	839/2021
64	Transversal	Regulamentação geral dos Termos de Ajustamento de Conduta, TACs, no âmbito da ANP	Elaborar marco regulatório geral para a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) no âmbito da ANP, estabelecendo diretrizes, critérios e procedimentos uniformes para sua proposição, análise, celebração, acompanhamento, fiscalização e encerramento. A iniciativa busca conferir tratamento institucional uniforme ao instrumento, aplicável às diferentes áreas de atuação da Agência, promovendo maior segurança jurídica, previsibilidade, transparência e coerência regulatória, bem como reduzindo assimetrias procedimentais e divergências de entendimento entre as unidades organizacionais.	SGE	